



CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

Sebastião José Ramos de Castro

Neste artigo, com base em constatações claramente justificadas, são arrolados alguns ensinamentos que a Guerra do Golfo Pérsico pôs em evidência e que terão de servir de parâmetro, a partir de agora, na conformação do Poder Militar de qualquer nação responsável.

É evidente que, tão logo assente a poeira dos acontecimentos político-militares ocorridos na região do Golfo Pérsico, surgirão estudos e análises pormenorizados, levados a efeito por capacitados estrategistas e estudiosos de problemas militares.

Esses estudos e essas análises estarão naturalmente relacionados com a forma pela qual o enfrentamento foi conduzido do ponto de vista político e militar e com os meios materiais empregados pelos contendores.

As Forças Armadas de países em desenvolvimento e que são carentes de materiais de guerra de alta sofis-

ticação tecnológica necessitam chegar a algumas conclusões que poderão exercer acentuada influência na sua organização, estruturação e reequipamento, bem como sobre sua doutrina de emprego. Especialmente no caso do Brasil, quando articulistas e jornalistas através de jornais e revistas questionam a eficiência e, até mesmo, a razão de ser de suas Forças Armadas, essas conclusões assumem particular importância.

A abordagem de nosso modesto trabalho consistirá em alinhar algumas considerações e, relacionadas a elas, chegarmos a algumas conclusões.

As considerações que apresentamos são as que se seguem:

- Inicialmente, cabe fazer uma análise sumária sobre o poder militar dos elementos em confronto.

De um lado, encontrava-se o Iraque, que poderíamos considerar como uma potência militar intermediária, bem equipada militarmente, sobretudo graças a materiais adquiridos no exterior, inclusive de vários países seus adversários no conflito, com uma experiência de guerra recente, de cerca de oito anos de duração, em seu confronto com o Irã. Do outro, uma Coalizão, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e da qual participaram, entre outros países, a Inglaterra, a França, a Itália e, até mesmo, países árabes.

Do ponto de vista estritamente tecnológico dos materiais empregados no conflito, repetiu-se o acontecido na chamada Guerra das Malvinas. A superioridade tecnológica de uma das partes em conflito, no caso as forças da Coalizão, exerceu primordial importância no desfecho da guerra.

- Um fato político de maior importância foi o posicionamento da União Soviética (URSS) de não apoiar militar e politicamente a invasão iraquiana do Kuwait. Essa atitude facilitou enormemente a atuação da Coalizão, pela certeza de não poder vir a ocorrer uma escalada da guerra, envolvendo os EUA e a URSS como oponentes.

Posteriormente, o Governo de Gor-

bachev, pressionado por forças internas, envidou o máximo de esforços para evitar uma derrota humilhante das forças militares iraquianas. Além disso, quando a URSS identificou, com clareza, os objetivos visados pela Coalizão liderada pelos EUA, constatou que iria sofrer uma séria perda de prestígio e de influência em área vital do mundo.

O fato inquestionável e de maior relevância foi a vitória da política externa dos EUA. O Presidente Bush, contando com amplo respaldo da opinião pública norte-americana e com o firme apoio dos seus aliados, conduziu com grande energia a política de guerra, reagindo com oportunidade às tentativas soviéticas de promover um plano de paz que preservaria as forças iraquianas da derrota no campo de batalha e a influência político-militar soviética na área.

A política externa dos EUA também se fez sentir com muita propriedade na difícil tarefa de conter os ímpetos de Israel para revidar os ataques sofridos pelos mísseis iraquianos, o que poderia provocar sérios problemas na unidade da Coalizão, inclusive não aceitando propostas de cessar fogo que estivessem condicionadas à discussão da questão palestina.

Não se pode ainda deixar de levar em conta as preocupações dos militares soviéticos com o desempenho das forças iraquianas, pois as mesmas foram instruídas segundo sua doutrina e contavam com grande quantidade de materiais de procedên-

cia do seu país, especialmente carros-de-combate.

Cumprе ressaltar, como fecho dessas considerações, que a firmeza da política externa norte-americana foi uma decorrência indiscutível de possuir Poder para fazer valer sua vontade, Poder esse traduzido, em particular, pela força de sua Expressão Militar.

• Uma análise, ainda que superficial, da forma pela qual a Coalizão decidiu conduzir a guerra mostra que o emprego em massa dos meios aéreos, antes de dar início às operações terrestres, teve vários objetivos.

Os mais importantes foram a destruição dos meios de comando e de controle do inimigo, de suas vias de transporte, da quebra do moral da população e dos soldados, de demonstrar a vulnerabilidade dos centros vitais e, especialmente, de total neutralização da Força Aérea Iraquiana. Não foi buscada apenas a superioridade aérea no campo de batalha e, sim, a obtenção da supremacia aérea, eliminando qualquer possibilidade de ameaça por parte do inimigo. As operações terrestres, aéreas e marítimas foram devidamente integradas e a magnitude do apoio logístico foi vital para o sucesso alcançado.

Outro aspecto da maior importância, e que se concluiu do noticiário a respeito da guerra, foi o de que a decisão quanto à manobra terrestre a ser executada não ficou condicionada por discussões acadêmicas em torno dos termos da Resolução da

Organização das Nações Unidas para libertar o Kuwait. Assim é que a manobra concebida não ficou condicionada a que as operações fossem realizadas apenas em território kuwaitiano. Caso isso tivesse vindo a ocorrer, mesmo que viesse a ser alcançado êxito e que uma parte das forças iraquianas fosse destruída, a manobra se destinaria a fazer com que o inimigo refluísse para as posições que ocupava antes da invasão, o que lhe permitiria preservar grande parte de seu poder militar e, possivelmente, inflingir fortes perdas às forças da Coalizão. Por isso mesmo, não houve dúvidas em planejar e executar uma manobra que seria desenvolvida nos territórios do Kuwait e do Iraque e cuja finalidade primordial foi a destruição do inimigo.

Uma vez feitas as considerações anteriores, achamos conveniente formular as seguintes conclusões:

1ª) É praticamente impossível a um país conduzir operações de guerra de natureza convencional com alguma possibilidade de êxito, se o adversário possui indiscutível superioridade tecnológica na área de materiais de guerras. Essa afirmativa decorre do que se observou no atual conflito e na Guerra das Malvinas. Como a História tem demonstrado, países com flagrante inferioridade em materiais de guerra sofisticados com relação a um adversário recorrem à guerra de guerrilhas, procurando realizá-la em áreas nas quais os materiais de

alta sofisticação não possam proporcionar grandes vantagens na condução das ações.

2ª) Um país somente pode estabelecer uma política externa consistente, principalmente se tem ambições de aumentar sua Estatura Estratégica, mesmo que em âmbito regional, se puder respaldar essa intenção por meio de uma expressão de força capaz de garantir sua consecução contra óbices ou antagonismos que possam surgir, e essa expressão de força está calcada na existência de uma Expressão Militar adequada ao Poder Nacional do país. O Governo e o povo desse país precisam bem compreender a importância de que se revestem as Forças Armadas e prestigiá-las devidamente.

3ª) Um país, por melhor que estejam equipadas, instruídas e adestradas suas Forças Armadas, não terá a mais remota possibilidade de êxito na condução de operações de guerra se não contar com meios aéreos, em quantidade e qualidade suficientes, para, pelo menos, alcançar a superioridade aérea nos locais escolhidos para a realização das operações terrestres. O Iraque possuía uma Força Aérea dotada de aeronaves modernas e em quantidade bastante significativa, mas que foi anulada pela superioridade tecnológica das aeronaves disponíveis pelas forças da Coalizão. A supremacia aérea obtida pelas forças da Coalizão permitiu que os deslocamentos terrestres fossem efe-

tuados sem ameaça de ações aéreas do inimigo, conforme se constatou pelos noticiários da televisão.

4ª) Certas máximas sobre a guerra são constantemente citadas, tais como as de que a guerra é uma luta entre duas vontades, a guerra é a continuação da política por outros meios e, até mesmo, a de que a guerra é um assunto muito sério para ser tratado apenas por militares. O certo, porém, é que uma guerra não poderá ser vencida apenas por patéticos apelos ao patriotismo e ao sacrifício. Para vencer uma guerra é impositivo que haja uma vontade firme, energia e competência profissional militar. É necessário que haja uma vontade nacional que se traduza em confiança na liderança política do país e em suas Forças Armadas. Não há a menor dúvida de que fazer a guerra é uma decisão política, mas, uma vez tendo sido feita a opção pela mesma, é necessário que a condução das operações militares seja uma responsabilidade dos militares profissionais, sem ingerências indevidas do poder político, tal como ocorreu no Golfo Pérsico.

5ª) As Forças Armadas brasileiras, através de seus Estados-Maiores, irão, certamente, analisar cuidadosamente o recente conflito. Realisticamente, consideramos que não será possível, a curto prazo e, talvez mesmo, a médio prazo, equipar nossas Forças Armadas com materiais de guerra da sofisticação vista durante

a Guerra do Golfo Pérsico. Parece-nos, porém, ser impositivo o estudo pormenorizado dos meios empregados e das técnicas e processos de combate para, caso se venha poder contar com esses meios, sabê-los empregar adequadamente.

6ª) O parque industrial-militar dos países integrantes da Coalizão, especialmente o dos EUA, deram uma soberba demonstração de sua alta capacidade. O êxito das tropas combatentes foi diretamente associado à excelência do apoio logístico proporcionado. Se desejarmos contar com Forças Armadas convenientemente equipadas e capazes de, no caso de operações de guerra, serem adequa-

damente apoiadas, estudar cuidadosamente nossa política industrial-militar e a modernização de nossos meios de apoio logístico torna-se impositivo.

Como foi asseverado, de início, muito será escrito sobre o mais recente conflito bélico da História. Escrito ainda no calor dos acontecimentos e mesmo antes da completa cessação da luta, o presente artigo levou em conta que seria conveniente lançar alguns aspectos à consideração de nossos soldados profissionais. Com eles, espera-se contribuir para incentivar a prática do pensamento criativo.



O Gen SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - Pertence à Turma de 1º de Março de 1943, da Escola Militar do Realengo, Arma de Cavalaria. Integrante da FEB como 2º Tenente, Comandante do Regimento Andrade Neves, Chefe da AC/SNI, Instrutor da ECEME, Comandante da 5ª Bda Inf Bld, da 3ª RM, da 3ª DE e do II Exército e CMSE, Vice-chefe do DMB, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Adido do Exército na Argentina.